



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001268-21.2015.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Exequente: **Ivan Rinaldo Tinos e outro**
 Executado: **BANCO DO BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

1. O executado foi condenado ao pagamento de valor em dinheiro aos exequentes por sentença proferida em processo de conhecimento que envolveu as partes.

Transitando em julgado o decisório, sobreveio a fase de seu respectivo cumprimento e nela, após a implementação do bloqueio do valor pertinente (fl. 06), o executado não ofertou impugnação (fl. 11), sem embargo de regularmente intimado para tanto (fl. 10).

Diante desse cenário, a extinção da execução é de rigor.

Ressalvo, outrossim, que a impugnação de fls. 50/52 dos autos principais não altera o quadro delineado.

Isso porque o executado não deu cumprimento ao que lhe foi determinado a fl. 63, mas, de qualquer sorte, aquela impugnação não poderia ser acolhida.

O executado incorreu em erro evidente ao formular contestação (cuja leitura denota, aliás, que não se revela suficiente para contrapor-se à sentença prolatada, venia maxima concessa) por meio físico quando o processo era digital.

Ademais, inexistiu nos autos um único indício concreto de que a petição de fls. 55/61 tivesse aqui aportado em algum momento, cumprindo assinalar que se desconhecem detalhes da origem do comprovante de sua protocolização, mas é certo que não possui ligação com este Juízo.

O executado bem por isso não poderia beneficiar-se da desídia que permeou sua atuação ao longo do feito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, **JULGO EXTINTA** a ação em fase executiva, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

2. Defiro a expedição de mandado de levantamento em favor dos exequentes na forma do pleito de fl. 17.

Providencie-se.

3. Transitada em julgado, e feitas as anotações de estilo, arquivem-se definitivamente os autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**